

Acritica
27/1/98 02
229

Instituto revela recorde em desmatamento na Amazônia

Os dados são de 1995, quando ocorreu um desflorestamento de quase 30 mil quilômetros quadrados

Ronaldo Assis - 13/mai/97

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP (AE) - A Amazônia perdeu 29.059 quilômetros quadrados de florestas em 1995, o maior desmatamento anual já registrado, desde a implantação do monitoramento por satélite. Este número consta do último estudo do desflorestamento da Amazônia, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e divulgado ontem, em São José dos Campos, interior de São Paulo. A cifra assustou as autoridades. O susto procede: além de representar mais do que o dobro do desmatamento verificado em 1994, o índice de 95 supera até a taxa média anual de 21.130 quilômetros quadrados, observada entre 1978 a 1988, que suscitou as primeiras medidas restritivas a atividades econômicas na região, ainda durante o governo Sarney, como o fim dos incentivos fiscais e o Projeto Nossa Natureza.

Em 1996, o índice de desmatamento caiu para 18.161 quilômetros e as projeções de 1997 - cerca de 13.037 quilômetros quadrados - reforçam a tendência de queda. O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, credita parte desta reversão de tendências às medidas tomadas em 1996, restringindo o corte raso a 20% das propriedades rurais e aumentando a fiscalização sobre a atividade madeireira. Mas ele admite que isso não explica tudo.

De fato, as atividades econômicas na Amazônia - sobretudo as predatórias e informais - são pouco sensíveis à legislação de controle e muito sensíveis a flutuações da economia nacional. Daí a importância de uma ação interministerial, concentrada com as pastas da Agricultura e da Reforma Agrária, para consolidar a diminuição do ritmo do desmatamento dos dois últimos anos. Esta é, sem dúvida, a maior novidade deste ano em termos de política ambiental.

Entre as propostas de ação concentrada anunciadas ontem destacam-se a readequação dos critérios ambientais para classificação dos



O desmatamento do ano passado tem projeção de pouco mais de 13 mil quilômetros quadrados

imóveis para efeito de desapropriação e novos critérios e procedimentos do Imposto Territorial Rural (ITR). Até agora, na prática, o Incra sempre considerou floresta derrubada como critério de reconhecimento de posse, tanto para os pequenos colonos e posseiros, como na classificação de latifúndios produtivos e improdutivos. A proposta, agora, é considerar como produtivas as áreas de reserva florestal sob manejo, as áreas de preservação permanente e as reservas florestais particulares. Ou seja, floresta em pé passa a ter tanto valor quanto área desmatada, para fins de reconhecimento de posse. E as fazendas com grandes reservas florestais não são

mais passíveis de desapropriação.

O Ministério do Meio Ambiente também anunciou a criação de sete florestas nacionais, onde serão concedidas licenças de exploração a particulares para madeira, resinas e outros recursos florestais. Seis das novas florestas nacionais estão localizadas no Pará (duas em Itaituba, duas em Altamira e outras duas em Paraopebas) e uma em Humaitá, no Amazonas. No total são 2,6 milhões de hectares de áreas públicas transformadas em reservas florestais de uso indireto. Além disso, serão ainda divulgadas novas unidades de conservação para fins de conservação e formação de corredores ecológicos.

Medidas propostas em defesa da mata

1. Adoção de critérios ambientais para concessão de crédito no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
2. Adoção de critérios ambientais para classificação de imóveis para desapropriação;
3. Regulamentação do uso de queimadas;
4. Ação conjunta Incra/Ibama de fiscalização, esclarecimento sobre critérios ambientais do ITR e criação de associações de reposição florestal;
5. Concessões florestais em reservas federais, estaduais e municipais;
6. Estabelecimento de sete novas florestas nacionais;
7. Ampliação das unidades de conservação para 10% do território da Amazônia Legal até o ano 2.000;
8. Treinamento e capacitação de recursos humanos para o setor florestal.
9. Elaboração de normas para manejo florestal comunitário de produtos, madeireiros e não-madeireiros;
10. Elaboração de plano de desenvolvimento agrícola para reconversão de áreas degradadas (em estudo).
11. Reorientação de assentamento em áreas já desmatadas (em estudo). Regularização de imóveis exclusivamente para pequenos agricultores de subsistência (em estudo).

Estudo detecta corte seletivo de madeira

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP (AE) - A par das tentativas de controlar o desmatamento e tornar o desenvolvimento um pouco mais sustentável, alguns detalhes embutidos no estudo do Inpe merecem atenção redobrada. O total de florestas derrubadas em toda a Amazônia Legal já atingiu 517.069 quilômetros quadrados, o equivalente a 10,34% de toda a região. Mas isso não é tudo: em algumas das imagens de satélite de 1997, pela primeira vez foi possível detectar o corte seletivo de madeira. Bolsões de vegetação mais rala, com clareiras em meio à mata, são visíveis em diversas áreas próximas a Paragominas (PA), a área de maior exploração madeireira da Amazônia.

O corte seletivo nunca foi compu-

tado nos estudos de desmatamento - nem está incluído nos números recém divulgados - porque a floresta permanece em pé. Mas estas matas alteradas não têm o mesmo peso ambiental da floresta virgem, sobretudo quanto à biodiversidade. Devido à presença dos madeireiros e à supressão massiva das madeiras de lei, as florestas alteradas pelo corte seletivo têm muito menos biodiversidade e estão sujeitas a uma lenta - e às vezes irreversível - degradação.

A retirada da madeira também financia a abertura de novas áreas: é muito comum o produtor se associar a madeireiros para a retirada das árvores de lei, como forma de capitalização para o plantio de novas áreas. Conforme um estudo elaborado pela

entidade ambientalista Imazon, do Pará, o Brasil retira, hoje, cerca de 30 milhões de metros cúbicos de madeira da Amazônia, por ano, o que equivale ao corte de 11.000 quilômetros quadrados de florestas, em talhões muito pequenos, não computados no estudo dos satélites.

O ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, assegurou que o Inpe vai continuar a investir no aprimoramento tecnológico dos estudos e o refinamento sobre as áreas de corte seletivo será uma das metas para este ano. As florestas de seringa do Acre - igualmente prejudicadas em sua biodiversidade - também estão fora do cômputo do Inpe, mas seriam identificadas neste refinamento tecnológico.